

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.553 - SP (2019/0218728-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **NEIDE LEONI BARREIROS**
ADVOGADO : **CÉSAR CRUZ GARCIA - SP146364**
AGRAVADO : **FABIO AUGUSTO ALMEIDA BARREIROS**
ADVOGADOS : **MÁRCIO ALEXANDRE PESCE DE CARA - SP242146**
FABIANA DOS SANTOS SIMÕES - SP234538

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. ORDEM DE NOMEAÇÃO DOS LEGITIMADOS A INVENTARIANTE. POSSIBILIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO. ALTERAÇÃO DA ORDEM LEGAL POR FALTA DE DILIGÊNCIA DA VIÚVA NO CUIDADO DOS BENS DEIXADOS PELO *DE CUJUS*. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Neide Leoni Barreiros contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Inferre-se dos autos que a Oitava Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela ora agravante, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 444):

INVENTÁRIO - Nomeação de herdeiro para o cargo de inventariante - Inconformismo por parte da viúva que não se justifica - A ordem estabelecida no artigo 617 do Código de Processo Civil não se revela absoluta - Alteração da ordem legal que se mostra necessária no presente caso - Viúva que não tem se mostrado diligente no cuidado dos bens que compõem o patrimônio deixado pelo “de cujus” - DECISÃO MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, a recorrente apontou ofensa ao art. 617, I, do CPC/2015, sustentando, em síntese, que deveria ser nomeada como inventariante, considerando a ordem legal e a ausência de comprovação de qualquer motivo que a impeça de exercer a referida função.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação

Superior Tribunal de Justiça

dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

De início, é importante esclarecer que a jurisprudência do STJ entende ser possível a modificação da ordem de nomeação dos legitimados a inventariante, tendo em vista que ela não possui caráter absoluto.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE. ORDEM. ART. 617 DO CPC/2015 (ART. 990 DO CPC/1973). ROL NÃO TAXATIVO. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 282/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. "A ordem de nomeação dos legitimados como inventariante prevista no art. 990 do CPC/1973 admite excepcional alteração por não apresentar caráter absoluto" (Resp n. 1.537.292/RJ, Min. Rel. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgamento em 17/10/2017, DJe 24/10/2017).

(...)

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1235431/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018)

Dito isso, verifica-se que o Tribunal de origem, soberano na análise de fatos e provas, entendeu que estaria comprovado que a ora insurgente não teria se mostrado diligente no cuidado dos bens que compõem o patrimônio deixado pelo *de cujus*, não sendo ela, portanto, a pessoa mais adequada para atuar como inventariante no caso concreto.

A propósito, confira-se o excerto abaixo transcrito (e-STJ, fls. 446-448):

Anote-se que, conforme ressaltado pelo agravado, a ordem de nomeação prevista no artigo 617 do Código de Processo Civil não é absoluta, podendo o magistrado desconsiderá-la desde que possua fundadas razões para tanto. Neste sentido os seguintes julgados deste Egrégio Tribunal de Justiça:

(...)

No presente caso justifica-se a alteração da ordem legal de nomeação em razão das sérias afirmações feitas pelo agravado, as quais, diferentemente do quanto afirma a agravante, encontram-se devidamente comprovadas.

Percebe-se pelos extratos encaminhados pelo Banco Itaú (fls. 413/415) que nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2017, quando o Sr. Adalto encontrava-se hospitalizado em estado "gravíssimo" e sedado

Superior Tribunal de Justiça

(fls. 409), foram feitas diversas movimentações bancárias, dentre as quais: transferências (TED) num total de R\$ 90.000,00; resgate VIP DI de R\$ 820.000,00, além de resgates (RES APLIC AUT MAIS) nos valores de R\$ 29.992,75 e 30.182,16.

Já nos extratos encaminhados pela Caixa Econômica Federal (fls. 239/241 dos autos de origem), consta um débito (ENVIO TEV) no valor de R\$ 50.000,00 realizado em 28/06/2017 e um saque (SAQ CARTAO) de R\$ 30.000,00 realizado no dia 29/06/2017. Ao que parece, os R\$ 90.000,00 transferidos da conta do Itaú foram creditados na conta mantida junto à CEF.

Tratando-se de valores vultosos e tendo em vista que, quando realizadas tais movimentações, a agravante sequer havia sido provisoriamente nomeada como curadora de seu marido (o que somente ocorreu em 13 de julho de 2017 fls. 274/275 dos autos de origem), os fatos alegados pelo agravado causam mesmo estranheza, sobretudo considerando que a recorrente não trouxe aos autos qualquer explicação e/ou justificativa acerca do assunto. Limita-se a invocar a ordem prevista no artigo 617 do CPC.

Também não se justifica a conduta da viúva no sentido de impedir o acesso dos herdeiros aos imóveis a serem inventariados, sobretudo no que se refere àquele localizado na Av. Manoel da Nóbrega, 118 São Vicente/SP, posto que adquirido pelo falecido quando este ainda estava casado com sua primeira esposa, Sra. Maria de Lourdes (fls. 77). Registre-se que essa afirmação também não fora combatida. Pelo contrário. Na “contranotificação” constante às fls. 416/418 afirmou que não atenderia o pleito formulado pelo herdeiro de entrega de cópia das chaves.

Como se não bastasse, as fotos de fls. 432/434, bem como o documento de fls. 442 demonstram que, embora na posse dos bens, a agravante não tem sido diligente no cuidado com os mesmos.

Assim, por qualquer ângulo que se olhe, constata-se que o magistrado “a quo” andou bem ao nomear como inventariante o herdeiro Fabio, ressaltando-se que, ao menos até o momento, a conduta apresentada pelo mesmo mostra-se idônea.

Nesse aspecto, a análise do acórdão estadual, no que tange às razões que justificaram a nomeação de outro inventariante, demandaria a incursão em aspectos fático-probatórios, providência vedada na via especial, por incidir o enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

